

DESMISTIFICANDO A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO JURÍDICO: PARA ALÉM DO FÓRUM

Natany Sarah Fonseca da Silva¹, Elisa de Dutra Paula², Érica Arruda Pelúzio³,
Larissa de Oliveira Pena⁴, Letícia Maria Álvares⁵

Resumo: *Este artigo teve como objetivos desmistificar a atuação do Psicólogo no campo jurídico/forense, apresentando que a sua ação vai muito além das paredes de uma instituição como o fórum, ampliando de forma notória o campo de trabalho, tornando a atuação desse profissional muito mais abrangente; colaborar com a diferenciação entre as terminologias “Psicologia Jurídica” e “Psicologia Forense”, evidenciando qual é a mais apropriada, por englobar não só o fórum como local de trabalho, mas como mais um espaço de serviço para o Psicólogo Jurídico; e contribuir com o conhecimento da área, de forma sucinta, explicando um pouco do histórico da Psicologia Jurídica e principalmente fornecer um instrumento a mais que pode ser utilizado como fonte de pesquisa e compreensão de um campo promissor em que o psicólogo pode se inserir.*

Palavras-chave: *Diferenciação; direito; especificidade; papel do psicólogo; Psicologia.*

Introdução

Tanto a Psicologia quanto o Direito se interessam pelo ser humano e seus relacionamentos. No entanto, a Psicologia atua de forma muito mais profunda e intensa, o que a faz se interessar pelo homem de forma holística, permitindo uma compreensão muito maior sobre os aspectos da personalidade do sujeito, seu comportamento, sua identidade e todas as influências que esse sofre, como cultura, etnia e religião, além de procurar, também, compreender

¹Graduandas do Curso de Psicologia – FAVIÇOSA/UNIVIÇOSA. E-mail: sarahnatany@yahoo.com.br; elisa.ddp@hotmail.com; ericapeluzio@yahoo.com.br; larissapenaoli@gmail.com.

⁵Professora do Curso de Psicologia – FAVIÇOSA/UNIVIÇOSA. E-mail: letícia_alvares@yahoo.com.br.

como as relações interferem no comportamento dele. Já o Direito se preocupa com o homem e suas relações em sociedade. O Direito visa o bem-estar coletivo, o cumprimento das leis e como os sujeitos se apresentam diante delas. Na Psicologia Jurídica, os dois campos podem atuar juntos sem abandonar seus limites, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

O primeiro encontro entre a Psicologia e o Direito se deu no que se conhece hoje como “Psicologia do Testemunho”. Um trabalho que se resumia em verificar a veracidade dos relatos em um processo judicial pela realização da perícia, do exame criminológico e do parecer psicológico que advinham de psicodiagnósticos. Equívocos em relação ao trabalho do psicológico surgiram dessa atuação, sobretudo com os delinquentes e infratores sociais.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), mudanças na prática profissional do psicólogo ocorreram, tendo grande influência na área de vara da família e no sistema penal. Assim, novas formas de atuação com o poder judiciário surgiram.

Hoje, a psicologia no campo do direito tem mais autonomia e autoridade para definir suas funções. Atualmente, o trabalho do psicólogo também envolve acompanhar e informar aquilo que seja útil em cada processo. Tornou-se prioridade a formação de equipe interdisciplinar, acompanhamento psicológico, atividade de integração e de intercâmbio com outros profissionais, tendo assim uma visão ampliada e estabelecendo parcerias. (ALTOÉ, 2001).

De acordo com Torraca (2012), os equívocos e debates sobre o psicólogo Jurídico estão sendo, aos poucos, superados e, áreas como a Psicologia dos Juízes, Psicologia dos Jurados e dos Testemunhos, Psicologia Penitenciária, Psicologia Policial, Psicologia Jurídica, Vitimologia, Criminologia, Mediação e Assistência técnica são reconhecidas como áreas jurídicas que ultrapassam o fórum.

A Psicologia Jurídica atua nas diversas áreas de instituições governamentais e não governamentais. Essa assessora na formulação, revisão e execução de leis, colaborando na formulação e implantação das políticas de cidadania e direitos humanos, realizando pesquisas a fim de construir e ampliar o conhecimento psicológico aplicado ao campo do Direito, avaliando as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos. Atua como perito judicial nas varas civis, criminais, justiça do

trabalho, da família, da criança e do adolescente, elaborando laudos, pareceres e perícias a serem anexados aos processos. Participa de audiência para esclarecer aspectos técnicos em Psicologia, que possam necessitar de maiores informações a leigos ou leitores do trabalho pericial psicológico. Elabora laudos, relatórios e pareceres, colaborando não só com a ordem jurídica, mas também com o indivíduo envolvido com a justiça, por meio da avaliação das personalidades desses e fornecendo subsídios ao processo judicial quando solicitado por uma autoridade competente (BASSETO, 2007).

Objetivou-se com este trabalho, ao fazer esta revisão bibliográfica, apresentar a ideia de que a área jurídica abrange um espaço mais amplo que apenas o fórum, que há campos a serem explorados e que todas essas possibilidades de atuação dão a oportunidade de usar diferentes ferramentas durante o processo, não se limitando, por exemplo, à testagem psicológica.

Material e Métodos

Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica desenvolvida com base em materiais já elaborados, que levam em consideração as diversas áreas de atuação do psicólogo jurídico, a fim de trazer as mais variadas possibilidades de atuação.

Resultados e Discussão

Por meio da revisão bibliográfica, percebeu-se que o desenvolvimento da Psicologia Jurídica foi marcado por equívocos em relação a sua prática, que, muitas vezes, era segregativa, voltada para técnica e a testagem. Esses equívocos sobre o trabalho do psicólogo no âmbito do Direito foram de suma importância para que mudanças na atuação da psicologia fossem implementadas, permitindo e favorecendo o desenvolvimento e reconhecimento da área. Torraca (2012) apontou que a falta de espaço de atuação e o trabalho muito técnico nos procedimentos de realização de perícia impulsionaram a luta para a criação do cargo no Poder Judiciário e a revisão da prática da psicologia. Atualmente, com a conquista da psicologia no campo jurídico, além de várias áreas criadas para além do fórum, há demanda que hoje tomam corpo em

discussões sobre a especificidade, as possibilidades e os limites do psicólogo na área jurídica.

Diversas áreas, além da atuação no fórum, foram apontadas no campo da Psicologia Jurídica, evidenciando que essa vai além do que muitos imaginam. Esses estudos também acabam por desbancar a ideia de que a psicologia não tem espaço dentro do direito e que invade a área de atuação dos advogados. Essas áreas se apresentam bem-definidas e separadas; todavia, uma completa a outra para um trabalho mais abrangente, que atenda às diversas demandas dos indivíduos em relação à lei. Dessa forma, o psicólogo pode garantir a legitimidade que lhe confere em seu campo específico de saber, com autonomia, definindo suas funções dentro do sistema judiciário.

Conclusão

Diante das informações aqui expostas, concluiu-se que ao se tratar da Psicologia como Jurídica e não restritamente como Forense, alcança-se um âmbito muito maior, favorecendo, de forma proporcional, uma vasta área de atuação para esse profissional. Aliada ao Direito, a Psicologia se torna uma ferramenta a mais no Poder Judiciário, visando colaborar com esse Poder. Sendo assim, este artigo concretizou seu objetivo de evidenciar a Psicologia Jurídica com toda sua abrangência e desmistificar o pensamento de que o psicólogo atua apenas no fórum e auxiliando Juízes, apresentando a multiplicidade de atuação e trabalho.

Referências Bibliográficas

ALTOÉ, S. Atualidade da Psicologia Jurídica. Revista de Pesquisadores da Psicologia no Brasil. nº 2, 2001.

Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações. Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil; enviada em 17 de outubro de 1992. Disponível em: <http://www.pol.org.br/legislacao/pdf/atr_prof_psicologo.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2014.

BASSETO, A. Psicologia Jurídica e suas aplicações no campo do Direito. In: 5º Encontro Científico Cultural Institucional FAG e DOM BOSCO, 2007.

LEAL, M.L. Psicologia Jurídica: história, ramificações e áreas de atuação. Diversa: Ano I – n°2:: pp. 171-185 :: jul./dez. 2008.

TORRACA, L. Psicologia Jurídica: Um campo em debate. Diálogos, ano 9, n° 8, Setembro, 2012.

